

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Vizinhas na comemoração

Dois candidatas à reitoria da UnB escolheram bares vizinhos para comemorar a homologação das chapas e início da corrida eleitoral, na última sexta-feira.

A professora Rozana Naves e seu vice, Márcio Muniz, comemoraram no Bar do Pardim, na 405 norte. Samba, muita conversa e comemoração entre docentes, estudantes e técnicos deram o tom festivo da noite. No bar ao lado, a campanha da candidata Olgamir Amancia recebia os convidados.

Divulgação/logo Chirola



Oposição dupla

Ex-decana de Administração da gestão da reitora Márcia Abrahão, a professora Rozana Naves também se apresenta como oposição ao grupo que comanda a UnB. A professora Fátima Sousa, também candidata, é outra na disputa com discurso de renovação.



Arquivo Pessoal

Apoios

Das 26 unidades acadêmicas, 21 direções (81%) declararam apoio à candidatura de Olgamir Amancia à reitoria da UnB. A expectativa dos aliados é de que ela conquiste mais assinaturas de apoio.



Arquivo pessoal



Vaga para irmãos juntos na escola

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou lei que garante a reserva de vagas a irmãos na mesma escola na rede pública de ensino. A nova norma, de autoria do deputado distrital Robério Negreiros (PSD), assegura a reserva de vaga a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar, desde que o colégio em que uma das crianças já esteja matriculada possua a etapa ou ciclo escolar do outro irmão. A medida não se aplica a escolas que tenham como forma de admissão processo seletivo específico, por meio de sorteio público ou prova. Quando não for possível a matrícula dos irmãos na mesma unidade de ensino, em razão de não haver o ano a ser cursado por um deles, fica garantida a vaga no estabelecimento mais próximo.

De volta para as campanhas eleitorais

Com o fracasso das principais provas da Operação Caixa de Pandora, alvos da denúncia de corrupção na negociação por apoio político estão animados para retomar a vida pública. É o caso do ex-deputado distrital Rogério Ulysses, que já está em campanha, batendo de porta em porta em São Sebastião, sua antiga base eleitoral, para dizer que foi tratado com injustiça e o próprio Ministério Público, órgão acusador, está desqualificando as gravações que levaram à deflagração da Operação Caixa de Pandora. "Só falta decidir o partido. Será uma legenda de centro-direita", afirma Rogério Ulysses, que se elegeu deputado em 2006 pelo PSB.

Reprodução



Brasiliense ganha indenização por adiamento do show de Taylor Swift

Com o estádio lotado de fãs da cantora Taylor Swift, no estádio Engenhão, no Rio de Janeiro, a produtora T4F Entretenimento S.A suspendeu o show de 18 de novembro do ano passado por medida de segurança pouco antes do início da apresentação. Estava um calor infernal no Rio e uma jovem havia morrido na véspera. O anúncio foi de que o show seria adiado para dois dias depois. Foi uma decepção para quem se programou durante meses. Foi o caso de uma garota de Brasília que comprou dois ingressos por R\$ 528,00 cada e como mora em Brasília, foi necessária a organização da viagem com aquisição de passagens aéreas, reserva de hotel e contratação de uma empresa de turismo para levá-la até o estádio de ônibus. A decepção foi parar na Justiça. A juíza Oriana Piske, da 4ª Juizado Especial Cível de Brasília, condenou a produtora do show a pagar uma indenização de R\$ 5 mil por danos morais e de R\$ 5.578,07 por danos materiais.

Foto reproduzida do internet



MANDOU BEM

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Condepac-DF) decidiu, em reunião extraordinária no auditório da Biblioteca Nacional de Brasília, na última sexta-feira, que, agora, a cultura de respeito à faixa de pedestres é Patrimônio Cultural Imaterial do DF.



MANDOU MAL

Uma falha generalizada em sistemas digitais atingiu empresas e serviços em todo o mundo. Devido a um problema que afetou o Windows, foram registradas diversas ocorrências de "tela azul" ao redor do planeta. Pontos turísticos famosos como a Times Square em Nova York foram afetados.

Divulgação



Mais uma candidatura à OAB-DF

A advogada Renata Amaral, que concorreu à presidência da OAB-DF na última eleição, há três anos, está de volta. Ela também está em pré-campanha e conquistando aliados. É até agora a única mulher no páreo.

"O aumento dos casos de estupro é uma tragédia que poderia ser mitigada se os cidadãos tivessem mais liberdade para se defender. A política desarmamentista do governo Lula deixa as pessoas vulneráveis e à mercê dos criminosos. Precisamos reavaliar essa postura e garantir o direito à legítima defesa"

Sargento Portugal
(Podemos-RJ)



Imprensa/Podemos

"Chega de cinismo! Usam a dor das mulheres e crianças para defender um armamento que provoca o feminicídio. Negam a cultura do estupro e o sexismo, não querem discutir violência de gênero nas escolas e defendem punir vítimas de estupro que interrompem legalmente uma gravidez com uma pena maior do que a do estuprador. A maioria dos estupros em 2023 foi contra crianças e adolescentes. Querem armar as crianças? Basta!"

Deputada federal Érika Kokay
(PT-DF)



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA

ADEMIR PICCOLI,

advogado, ativista de inovação e idealizador do J.Ex, que na semana passada promoveu debate com defensores públicos sobre tecnologia e inteligência artificial

"Há uma necessidade urgente de mais investimentos em infraestrutura, capacitação de pessoal e integração de tecnologias avançadas para atender à crescente demanda por serviços jurídicos gratuitos e de qualidade. E isso depende de incremento orçamentário"



Divulgação

Como a IA pode ajudar no trabalho da Defensoria Pública?

A inteligência artificial pode ser uma ferramenta valiosa para a Defensoria Pública ao automatizar tarefas repetitivas, como a análise de documentos e a triagem de casos, permitindo que os defensores públicos concentrem seus esforços em atividades mais complexas e estratégicas. A análise de dados também pode ser utilizada para identificar padrões em processos e melhorar a prestação do serviço público.

O ChatGPT é um instrumento utilizado pelos defensores?

Embora nenhuma Defensoria Pública disponibilize oficialmente a ferramenta, muitos defensores públicos individualmente assinam e utilizam o ChatGPT em suas rotinas jurídicas, aproveitando a agilidade e a precisão oferecidas pela ferramenta para melhorar a eficiência de seu trabalho diário.

Quais são as vantagens?

Melhor utilização do tempo, com a automatização de tarefas rotineiras permite aos defensores focarem em atividades mais complexas. Acesso à informação, já que a IA pode proporcionar acesso rápido e organizado a informações jurídicas. Também a consistência. A utilização de IA pode ajudar a padronizar a triagem de casos e a elaboração de documentos, reduzindo erros e inconsistências. Além de atendimento ao público: ferramentas como o ChatGPT podem melhorar o atendimento inicial, fornecendo informações preliminares e orientações básicas.

E os riscos?

Os riscos associados ao uso de IA na Defensoria Pública incluem a questão da privacidade: o uso de IA envolve o tratamento de dados sensíveis, exigindo medidas rigorosas para garantir a privacidade e a proteção das informações dos assistidos. Também a precisão: a IA pode apresentar limitações na interpretação de casos complexos e na aplicação de nuances jurídicas, o que pode levar a erros. Desigualdade de acesso: a implementação de tecnologia avançada pode ser desigual, deixando algumas defensorias em desvantagem devido à falta de recursos.

As Defensorias são o braço social da Justiça. Estão equipadas como a realidade brasileira exige?

Não. As Defensorias Públicas desempenham um papel fundamental na garantia do acesso à Justiça para populações vulneráveis, mas muitas vezes enfrentam desafios significativos. A realidade brasileira exige uma estrutura mais robusta e bem equipada, tanto em termos de recursos humanos quanto tecnológicos. Há uma necessidade urgente de mais investimentos em infraestrutura, capacitação de pessoal e integração de tecnologias avançadas para atender à crescente demanda por serviços jurídicos gratuitos e de qualidade. E isso depende de incremento orçamentário.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

A manifestação do promotor de Justiça Paulo Binicheski que atua como promotor eleitoral no processo da Operação Caixa de Pandora deixou colegas perplexos. A investigação que começou na Procuradoria-geral da República, sob o comando da subprocuradora-geral da República Raquel Dodge, passou por muitas mãos. Foi um trabalho complexo que agora pode ruir pelo parecer do Ministério Público Eleitoral.